

31 DEZ 1988

JORNAL DO BRASIL

Como se engana a nação

Barbosa Lima Sobrinho

Uma dúvida me perseguia há algum tempo, para saber se o orçamento da República incluía alguma dotação destinada ao pagamento da dívida externa do Brasil. Não se pode compreender, sobretudo em face do que dispõe a Constituição de 5 de outubro, que não constem do orçamento anual todas as despesas feitas pelo Estado, inclusive as que decorrem de compromissos com os bancos estrangeiros. Não se trata de um gasto pequeno, que possa passar despercebido, mas de uma soma enorme, dado o vulto de empréstimos que já chegaram a 120 bilhões de dólares. Tanto mais que não faltariam dólares ao Brasil, quando se sabe que o seu comércio externo está deixando, em 1988, um saldo de 18 bilhões de dólares. Mas dólares que não são do governo, mas dos exportadores de mercadorias, que integram o intercâmbio do país.

De fato, não faltariam dólares ao Brasil, mas dólares dos exportadores, e não do governo, que precisariam comprá-los de seus legítimos donos, uma vez que precisava fazer o pagamento de sua dívida externa em dólares, e não em cruzados, que não têm curso internacional, valendo apenas dentro de nossas fronteiras, com um pequeno acréscimo em países vizinhos, que também não possuem moeda de curso internacional. E, para adquirir esses dólares, o governo precisaria comprá-los ao câmbio do dia, ou o oficial ou o paralelo. Por sinal que a presença desse câmbio oficial já abria margem a um verdadeiro confisco, para não ter que pagar pelo chamado câmbio paralelo, que representa a cotação real da moeda estrangeira, com uma margem inevitável de especulação, no mercado livre da oferta e da procura. Se dependesse da vontade dos exportadores, prevaleceria a cotação do câmbio paralelo. Mas o governo

sabe valer-se do Banco Central, para impor a sua vontade, traduzida num câmbio oficial muito abaixo da dotação do dólar no câmbio paralelo. Na essência, pois, nada mais do que um confisco, que até poderia concorrer para desanimar os exportadores, privando-os de uma parte significativa do lucro que esperavam. Mesmo assim, como não incluir no orçamento os cruzados necessários para a compra dos dólares do exportador, mesmo que seja pelo câmbio oficial?

Era isto que me vinha intrigando há algum tempo. Teria o orçamento federal alguma dotação destinada a traduzir o montante dos cruzados de que precisava, para comprar os dólares com que atender ao serviço da dívida externa? Por isto pedi a Sebastião Barreto Campelo, um técnico que serve de assessor à bancada do estado de Pernambuco, que me auxiliasse nessa pesquisa, para elucidar a opinião pública, através dos leitores de meus artigos. E o que ele acaba de me informar é que consta do orçamento para 1989 o seguinte:

"Dívida externa.

3,2,7,1 — Juros da dívida contratada: Cz\$ 107.401.538.000,00

3,2,7,2 — Outros encargos da dívida contratada: Cz\$ 8.506.547.000,00

3,2,7,0 — Encargo da dívida externa: Cz\$ 115.958.879.000,00

"Como se pode ver" (comenta Sebastião Barreto Campelo) "o total de Cz\$ 115,9 bilhões corresponde a US\$ 426 milhões, uma quantia ridícula, na relação com os US\$ 12 bilhões que teremos de pagar. Nos próximos dias irei à Seplan, para que me expliquem a razão dessa disparidade".

Seja qual for a explicação da Seplan, o que há de

positivo é que o orçamento para 1989 não contém senão uma verba "ridícula", como diz o informante, para atender ao serviço da dívida externa, sobretudo quando não se pode deixar de incluir essa despesa no total do déficit público de que tanto se fala, e que, pelo visto, não se detém no total de cruzados de que precisa, para comprar os dólares dos exportadores de nosso comércio externo. Uma disparidade que não é de hoje, pois que não se informa a nação da imensa quantia de que precisamos, para atender ao serviço do pagamento dos juros de nossa dívida externa, mesmo que se deixe de lado a soma da amortização. Talvez para dar a impressão de que o maior responsável pelo déficit seja o funcionalismo federal, embora seja verdade que os 12 bilhões de dólares se traduzem numa percentagem superior aos 3,2 dos gastos com o funcionalismo, em face do Produto Interno Bruto. A percentagem do pagamento dos juros, diante do PIB, iria para 3,8, para evidência de que a dívida externa pesa mais do que o funcionalismo federal, no propalado déficit público. Tomamos como base dos cálculos um dólar de 714 cruzados, fixado há poucos dias pelo câmbio oficial, e que não sabemos quantos dias durará, pelo ambiente de alta provocado pela procura de dólares do próprio governo, ou do Banco Central. Como se vê, estamos em face de uma contribuição colonial, de que o Brasil não consegue libertar-se, com 166 anos de declaração de Independência. Mas está também no espírito colonial atender aos estrangeiros com o sacrifício dos brasileiros. Verdade que passamos a ser a sétima economia do mundo, uma fantasia semelhante aos 20 milhões ou bilhões dos poços de petróleo da ilha de Marajó.

Não há muito tempo, lembrava que as despesas para a compra de dólares já estavam exigindo, do Brasil, mais de

cinco trilhões de cruzados. Com o câmbio atual, de 714 cruzados já vamos para cerca de oito trilhões e meio de cruzados, que não sei de onde vão ser tirados. Se o orçamento incluísse uma verba desse total, para onde iria o déficit público? Não se está iludindo o país, com essa sonegação de dados? E isso por enquanto. Com a tendência de alta do dólar, não há cruzado que chegue, quando se pensa que, no tempo do ministro Funaro, o dólar estava sendo cotado a 14 cruzados. Em 1964, a dívida externa do Brasil não passava de 3,1 bilhões de dólares, em governos, como o do sr. João Goulart, duramente atacados como irresponsáveis e inflacionários. Com os 21 anos de 1964 a 1985, a dívida externa não fez senão crescer, chegando a 110 bilhões de dólares. O modelo parece que agradou na chamada Nova República, que preferiu continuar as zumbaias aos banqueiros estrangeiros, que não fazem questão senão de dólares, e não de zumbaias, sobretudo quando se sentiram apoiados pelo presidente dos Estados Unidos.

A solução terá que vir dos devedores e não dos credores que, como Shylock, não vão abrir mão de compromissos escritos. Tudo será tempo perdido, enquanto os compradores não se convencerem de que têm um poder equivalente ao dos vendedores. Mas separados, vão valer pouco. Unidos, representarão uma força irresistível, sob a pressão de povos que lutam, desesperadamente, para alcançar um desenvolvimento econômico que os liberte da fome e da miséria. O que nunca será possível, sob o peso de uma dívida externa muito acima de sua capacidade de pagar. Que é a inflação atual senão a resultante direta de um esforço acima de nossos recursos e de nossas possibilidades.